

DOCUMENTO

05

190000000242/14

data: 08/08/2014 16:13:50
tipo: Doc
assunto: Parecer
assunto: SUPRAM JEQUITINHONHA
assunto: PROTOCOLO RECEPÇÃO DA SUPRAM
assunto: MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.
assunto: ENC. DOC. REF. PROC. 02402/2012/001/20



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

NOTA TÉCNICA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
DO PROJETO MINERÁRIO MORRO DO PILAR**

Ementa: Licenciamento ambiental n. 02402/2012/001/2012. Morro do Pilar Empreendimentos. Impactos socioambientais. Mineração. Povos e comunidades tradicionais atingidos.

Abreviaturas:

ADA – Área Diretamente Atingida

AID – Área de Influência Direta

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais

AV – Área Vizinha

CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LPNMA – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente

MPF – Ministério Público Federal

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

Mtpa – Milhões de toneladas por ano

P.U.-SUPRAM – Parecer Único SUPRAM

PAS – Plano de Assistência Social

SUS – Sistema único de Saúde



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

I. OBJETO

A presente nota técnica visa analisar alguns dos impactos do empreendimento "Projeto Minerário Morro do Pilar", a partir de documentos constantes do processo de licenciamento ambiental n. 02402/2012/001/2012 e outros, em atendimento à solicitação da Promotoria de Justiça da comarca de Conceição do Mato Dentro.

II. DESCRIÇÃO DOS FATOS

A Manabi Holdind S.A. postula licença ambiental prévia para a viabilização do Projeto Minerário Morro do Pilar a ser implementado no município de Morro do Pilar, região central de Minas Gerais, microrregião de Conceição do Mato Dentro, para a atividade de extração de minério de ferro, conforme especificações constantes no EIA.

É prevista uma produção máxima de 69,5 Mtpa e 55 Mtpa em duas cavas (cava sul e cava norte), pelo período de 20 anos, sendo dividido em duas etapas. Na etapa 1 (cava norte), a produção máxima será de 55 Mtpa de minério de ferro ROM (*Run of Mine*), base seca, gerando 25 Mtpa de minério concentrado (base úmida) pelo período de 9 anos. Já na cava sul a produção será de 69 Mtpa de minério de ferro ROM, gerando 25 Mtpa de minério de ferro concentrado. Está previsto que a etapa 2 ocorra por um período de 11 anos, sendo que no nono ano, que corresponde ao final da etapa 1 e início da etapa 2, a extração de minério ocorrerá simultaneamente nas duas cavas, porém a produção se manterá em 25 Mtpa de minério (base úmida).

O projeto compõe-se ainda de um mineroduto e um terminal portuário estruturado para exportação de minério de ferro, com mais 3 (três) empreendimentos de infraestrutura: 1 (uma) linha de transmissão; 1 (uma) via de acesso para transporte de insumos e equipamentos para a obra da mina e do mineroduto; e 2 (duas) adutoras para abastecer de água a mina e o mineroduto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

III. IMPACTOS

III.1. Impactos socioeconômicos

A chegada e instalação de empreendimentos minerários em novas localidades provocam uma série de expectativas nos moradores de tais regiões. Dentre aqueles que defendem a instalação de tais empreendimentos, prevalece o discurso de que estes gerariam trabalho e renda (BACELAR, 2014), bem como trariam o desenvolvimento para tais localidades. No entanto, sabe-se que a execução de grandes empreendimentos em municípios de pequeno porte ocasiona uma série de impactos sociais negativos, dentre eles a pressão sobre as políticas sociais, serviços e a infraestrutura básica dos municípios atingidos (LIMA; VASCONCELOS).

Serão abordados neste tópico, os possíveis impactos do empreendimento minerário em questão, no que diz respeito à demografia, ao trabalho, à educação, à saúde e ao saneamento básico.

É importante ressaltar a corresponsabilidade do empreendedor com o poder público na garantia de que haja infraestrutura adequada para o atendimento das demandas de serviços básicos nos municípios atingidos pelo empreendimento.

Uma das normas que incidem na esfera ambiental é a do Poluidor-pagador, segundo a qual aquele que polui tem o dever de pagar (evitar/omitir/indenizar /ressarcir/reparar/recompor), cuja previsão consta na Lei 6.938/1981 - LPNMA, art. 14, § 1º: *"(...) é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade"*.

O conceito de "poluição" tem sentido amplo, abrangendo inclusive situações que afetem o bem-estar das pessoas e suas relações econômicas e sociais, conforme determina a legislação nacional: considera-se poluição:

a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da

[Assinatura manuscrita]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;" (art. 3º, III, Lei 6.938/1981 - LPNMA).

Toda atividade humana gera externalidades que podem ser positivas ou negativas, sendo que os grandes empreendimentos minerários produzem significativas externalidades negativas. Desse modo, não deve a comunidade local arcar com os ônus destas externalidades, devendo o empreendedor contribuir para evitá-las, mitigá-las e/ou compensá-las, evitando-se assim a socialização dos danos ambientais e sociais.

Este raciocínio é amparado em jurisprudência de nosso Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE - CUSTO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL - INTERNALIZAÇÃO NO PROCESSO PRODUTIVO - DEVER DE REPARAR A ÁREA DEGRADADA - DETERMINAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - RECURSO PROVIDO.

1. A normatividade emanante do princípio do poluidor-pagador determina que, se ocorrido dano ambiental, o empreendedor deve arcar com o custo da degradação ambiental por ele gerada (art. 4º, VII, "a" c/c art. 14, §1º da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente). Esse encargo, no entanto, não constitui simples mandamento de conversão do dano em pecúnia, mas imposição de recuperação total da área degradada, nos termos do princípio da reparação in integrum.
2. A sistemática do direito ambiental não privilegia apenas a reparação, consistente na tomada de providências tão somente após a ocorrência do dano. Na verdade, a mera potencialidade de dano já enseja a ação dos legitimados, não podendo a humanidade e o próprio Direito contentarem-se em reparar e reprimir a degradação ambiental que, como regra, é irreparável. É preciso, pois, prevenir.
3. Na equação que estrutura o direito ambiental, portanto, devem incidir, como elementos primários, a prevenção do risco e a reparação integral do dano, para, secundariamente, entrarem em cena a punição do poluidor e, em última instância, a indenização do passivo ambiental.
4. Tendo em vista que a incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais e que a responsabilidade civil na seara ambiental é informada pelos princípios da prevenção da precaução, do poluidor-pagador e da reparação in integrum, na espécie, os agravados devem ser compelidos a apresentarem o devido plano de recuperação para a área em que exerceram atividade mineratória, a fim de que a situação não se agrave e que o equilíbrio ecológico no local se restabeleça o quanto antes.

24
Ang



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

(Agravado de Instrumento-Cv 1.0693.11.009793-0/003, Relator(a): Des.(a) Elpídio Donizetti, 8ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/01/2013, publicação da súmula em 14/02/2013)

É de se destacar que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal n. 6.938/1981) conceitua "meio ambiente" como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, bem como conceitua "poluição" como "degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população e/ou criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, d'onde se conclui que a proteção ao meio ambiente deve incluir a proteção das pessoas. Ainda há de se destacar que as atividades que atinjam as pessoas – de modo a prejudicar suas relações existenciais – configuram poluição.

Além disso, a PNMA prevê a necessidade de compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a proteção do meio ambiente (art. 4º, I), além da vinculação entre a proteção ambiental, o desenvolvimento socioeconômico e a dignidade humana (art. 2º).

Na mesma linha, a Resolução Conama n. 1 de 1986 (art. 6º, I, "c") em sua definição de impacto ambiental, dispõe que o licenciamento ambiental **deverá incorporar a análise das questões sociais**. Já em seu art. 6º, II, obriga a análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação e previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; **suas propriedades cumulativas e sinérgicas**; bem como, a **distribuição dos ônus e benefícios sociais**.

Em suma, decorre do princípio do Poluidor-pagador, a obrigação de internalizar as externalidades negativas que é uma objeção à regra de "privatização de lucros e socialização de perdas" (ou privatização do bônus e socialização do ônus), no sentido de se obrigar o poluidor a internalizar os custos sociais externos (externalidades negativas) que acompanham o processo de produção.

[Assinatura manuscrita]
Amor



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

Deve-se, portanto, por ocasião do licenciamento ambiental avaliar os impactos sociais diretos e reflexos do empreendimento nos serviços públicos, incluindo condicionantes mitigadoras acerca de externalidades negativas, evitando-se a inconstitucional "dessocialização" do licenciamento ambiental, com graves consequências para a população local e migrantes, em especial nas áreas de saúde, educação, urbanismo e segurança.

- Demografia.

Devido à geração de grande quantidade de postos de trabalho que não poderão ser supridos pelos moradores dos municípios de Morro do Pilar e Santo Antônio do Rio Abaixo, espera-se que haja grande fluxo migratório para a região a fim de ocupar tais posições no empreendimento.

De acordo com o EIA (vol. VI) do respectivo empreendimento, a expectativa média de empregos diretos disponibilizados na fase de instalação para os moradores de Morro do Pilar e Santo Antônio do Rio Abaixo será de apenas 111 (cento e onze), enquanto no ápice de contratações o projeto contará com um total de 6.002 (seis mil dois) empregos diretos. Conclui-se então que, neste momento, em torno de 5900 (cinco mil e novecentos) empregos serão ocupados por pessoas oriundas de outras localidades.

No entanto, o estudo em questão considera que a ida destes trabalhadores não causaria impactos sobre a demanda de serviços nos municípios atingidos, pois estes trabalhadores não mudariam seu local de residência levando suas famílias para tais municípios, uma vez que o empreendimento se comprometeria a alocar os trabalhadores em alojamentos construídos fora dos centros urbanos de tais localidades.

O P.U.-SUPRAM trás algumas considerações a este respeito que caminham em sentido contrário. Tal parecer alerta para algumas possibilidades que caso se concretizem implicarão em impacto significativo na infraestrutura de serviços e políticas sociais de Morro Do Pilar e Santo Antônio do Rio Abaixo, são elas:

[Assinatura manuscrita]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

(1) a possibilidade dos trabalhadores da fase de pré-operação, 1.258 (um mil, duzentos e cinquenta e oito), fixarem moradia com suas famílias nos municípios em questão ainda durante a fase de instalação do projeto, uma vez que tais trabalhadores também estariam ligados à fase posterior, de operação que tem duração prevista para 08 (oito) anos. Assim, há a possibilidade de que a partir do 17º (décimo sétimo) mês da fase de instalação (quando começam as atividades de pré-operação) já comece a haver um aumento de demanda por moradia e serviços nos municípios.

(2) espera-se, de acordo com o EIA, que o empreendimento crie 1.520 (um mil, quinhentos e vinte) empregos (em diversas partes do país) devido ao que chamaram de "efeito renda", que são gerados a partir da dinamização dos setores onde os trabalhadores diretos e indiretos gastam a renda auferida de seus novos empregos. O P.U-SUPRAM, no entanto, chama a atenção para o fato de que, embora o EIA preveja apenas um pequeno percentual de empregos "efeito renda" gerados nos municípios da AID, a concentração desses postos de trabalho em tais municípios pode ser maior do que o esperado, tendo em vista que é nesses municípios que concentram-se os empregos diretos.

Assim, de acordo com o P.U.-SUPRAM:

É explícito que desde o 17º mês de obras serão observados, progressivamente, impactos relativos à fase de operação e para os quais o município não dispõe de recursos para mitigar, o que pode caso não sejam adotadas medidas concretas pelo empreendedor e poder público, inviabilizar a instalação de um empreendimento deste porte no município, devido à magnitude dos impactos socioeconômicos que podem vir a ser causados. (p. 57-58.)

Embora no EIA considere-se que o fluxo migratório para os municípios da AID da fase de implantação seria muito pequeno, não provocando impactos em termos de sobrecarga dos serviços públicos básicos (o que é questionado nas afirmações realizadas acima), quando trata da fase de operação, o EIA apresenta previsão de grande fluxo migratório.

Espera-se que nessa etapa do empreendimento, Morro do Pilar receba 2.685 (dois mil, seiscentos e oitenta e cinco) novos moradores, levando em conta neste cálculo os trabalhadores diretos, trabalhadores indiretos, trabalhadores "efeito-renda" e suas

[Assinatura]
Cimos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

famílias (cálculo considerando uma média de 3,1 pessoas por família), o que implica um aumento de 79% (setenta e nove por cento) do contingente populacional em relação ao total da população levantado pelo IBGE no censo de 2010 (3399), de acordo com P.U.-SUPRAM.

Já Santo Antônio do Rio Abaixo receberia 2.303 (dois mil, trezentos e três) migrantes em razão do empreendimento, considerando trabalhadores diretos, indiretos, "efeito-renda" mais suas famílias (também calculado a partir de uma média de 3,1 pessoas por família), o que implica um aumento de 129,6% (cento e vinte e nove vírgula seis por cento) do contingente populacional em relação ao total da população levantado pelo IBGE no censo de 2010 (1777).

Assim, considerando que a condicionante n. 22 da P.U.-SUPRAM determina apenas a celebração de convênios, necessário se faz considerar um mínimo razoável de aporte de serviços públicos e infraestrutura urbana capazes de efetivamente compensar/mitigar estes impactos. Dada a previsão de aumento populacional de grande vulto para ambos os municípios, para que haja a viabilidade do empreendimento, é necessário que se amplie a capacidade dos serviços públicos básicos (saúde, educação, saneamento) no mínimo em igual proporção em relação ao aumento populacional esperado para cada município.

- Trabalho.

Embora o incremento nos níveis de emprego e renda seja considerado pelos apoiadores do projeto como um impacto positivo do empreendimento, é importante levar em conta algumas questões a este respeito.

De acordo o EIA, vol. VI, estima-se que durante a fase de instalação, apenas 111 (cento e onze) trabalhadores diretos, 32 (trinta e dois) indiretos e 34 (trinta e quatro) de "efeito-renda", oriundos de Morro do Pilar e Santo Antônio do Morro Abaixo se beneficiarão dos postos de trabalho gerados pelo empreendimento. O que, de acordo com o EIA, representaria no máximo 5% (cinco por cento) dos postos de

7
JL
Cinas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

trabalho na fase de instalação. Importante dizer que tal quantidade não é fixa. Espera-se que a presença de trabalhadores dos municípios da AID se dará principalmente dos meses 4º (quatro) ao 21º (vigésimo primeiro) da fase de instalação, onde se concentrarão as vagas com menor exigência de escolaridade. A justificativa para tal situação seria o baixo contingente populacional de tais municípios e a baixa escolaridade dos moradores dos mesmos.

Na fase de operação do projeto a situação tende a ficar menos favorável para que os moradores de Morro do Pilar e Santo Antônio o Rio Abaixo ocupem as vagas de emprego disponibilizadas, posto que a exigência de escolaridade aumenta nessa fase do projeto. A distribuição percentual de postos de trabalho por nível de escolaridade na etapa de operação do empreendimento é: 5% (cinco por cento) das vagas para ensino fundamental, 60% (sessenta por cento) com ensino médio, 25% (vinte e cinco por cento) com ensino técnico e 10% (dez por cento) com exigência de ensino superior.

Considerando que um dos objetivos do licenciamento deve ser essencialmente prevenir impactos negativos e de prever consequências futuras de uma ação planejada para que seja possível evitar, minimizar e, em último caso, compensar os efeitos negativos do projeto, assim como **potencializar os efeitos positivos** (SANCHEZ, 2013), medida que impõe a priorização da mão de obra local. Considerando, ainda, que tal priorização da mão de obra local diminuirá o fluxo migratório, atuando preventivamente na mitigação das consequências já apontadas a respeito deste tema.

Nesta mesma linha, para os casos de empreendimentos hidrelétricos em Minas Gerais há a previsão da elaboração e execução de Plano de Assistência Social (PAS) e as Resoluções do CEAS garantem, para o PAS, dentre outras coisas, a **priorização de mão de obra local** (LIMA; VASCONCELOS), que é aplicável por analogia ao caso. Assim, é fundamental que haja um programa de incremento dos níveis educacionais voltado aos moradores da região atingida, a fim de garantir que estes tenham acesso aos postos de trabalho criados, mesmo os que exigem maior escolaridade.

Outra questão importante a se tratar acerca do tema "trabalho" em relação ao empreendimento em questão diz respeito da possibilidade da ocorrência do fenômeno denominado por alguns autores como "ciclo boom-colapso" (MILANEZ; PUPPIM,

[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

2009; CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007). Tal fenômeno se caracterizaria pela ocorrência de um rápido e efêmero crescimento na renda e emprego nos primeiros anos da atividade econômica, seguido, muitas vezes, de um colapso social, econômico e ambiental. (CELENTANO, VERÍSSIMO, 2007).

De acordo com Millanez & Puppín (2009) as localidades em que predominam atividades baseadas em recursos não renováveis devem ter sempre o desafio de pensar como devem se preparar para quando os recursos se esgotarem. Tal problema é denominado na literatura econômica como "a maldição dos recursos" segundo o qual ocorreria que:

[O]s investimentos em grande escala nas atividades mineradoras e o rápido capital obtido com as vendas dos produtos levam a um ciclo vicioso de concentração das atividades econômicas. Dependendo do grau de concentração, pode haver um esvaziamento de outros setores e o aumento da dependência da indústria mineral. Entretanto como esses recursos não são renováveis, uma vez que se tornem indisponíveis, a economia local tende a se retrain. (Milanez & Puppín, 2009, p. 540-546).

Caso o empreendimento em questão seja instalado, este deve ser um fator levado em consideração, uma vez que tal projeto tem duração de apenas 20 anos, deixando depois de sua fase de operação um contingente de, no mínimo 1.258 (um mil, duzentas e cinquenta e oito) pessoas desempregadas (correspondem à quantidade de postos de trabalho na fase de operação, de acordo com o EIA). Assim, é fundamental lembrar a responsabilidade do empreendedor na elaboração e execução de programa para mitigação de tal impacto.

- Educação.

Como é possível observar pelos dados do Censo de 2010, a escolaridade dos residentes nos municípios da AID é bastante baixa quando comparada à média brasileira e mineira.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

Localidade	Taxa de Analfabetismo acima dos 15 anos (%)	% de pessoas acima dos 18 anos com fundamental completo	% de pessoas acima dos 18 anos com ensino médio completo	Expectativa de anos de estudo
Brasil	9.6	54.92	37.89	9.54
Minas Gerais	8.3	51.43	35.04	9.38
Morro do Pilar	24.5	25.93	16.19	7.1
Santo Antônio do Rio Abaixo	18.6	36.82	22.49	7.88

Em Morro do Pilar a taxa de analfabetismo entre os maiores de 15 anos é de 24,5% (vinte e quatro e meio por cento), enquanto a de Santo Antônio do Rio Abaixo é de 18,6% (dezoito vírgula seis por cento). Ambas as taxas podem ser consideradas muito altas quando comparadas com as taxas médias de analfabetismo brasileira (9,6%) e mineira (8,3%).

No que diz respeito ao nível de escolaridade ensino fundamental, apenas 25,93% (vinte e cinco por cento) dos maiores de 18 anos o completaram, já em Santo Antônio do Rio Abaixo tal proporção é de 36,82% (trinta e seis vírgula oitenta e dois por cento). Enquanto as médias brasileira e mineira são de 54,92% e 51,43%, respectivamente.

No que tange ao ensino médio, em Morro do Pilar apenas 16,19% (dezesseis vírgula dezenove por cento) dos moradores o concluíram, já em Santo Antônio do Rio Abaixo a proporção é de 22,49% (vinte e quatro vírgula quarenta e nove por cento). As médias brasileira e mineira para tais indicadores são, respectivamente: 37,89% e 35,04%.

Cabe ainda destacar que a educação de jovens e adultos (EJA) ainda é algo incipiente no município, considerando que em Morro do Pilar a quantidade de pessoas que frequentavam o EJA por nível de ensino apurada em 2010 era de 17 (dezessete) pessoas em alfabetização; 22 (vinte e dois) cursando o fundamental; e 29 (vinte e nove) pessoas que frequentavam aulas de Ensino Médio. Enquanto em Santo Antônio do Rio

7
Assinatura



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

Abaixo tal quantidade era de: 02 (duas) pessoas em alfabetização, 48 (quarenta e oito) no ensino fundamental, 19 (dezenove) no ensino médio.

A análise da escolaridade nos municípios da AID é importante para verificar a questão do acesso aos postos de trabalho oferecidos no empreendimento. Como já foi colocado, a escolaridade mínima exigida para todas as fases do projeto é de ensino fundamental no mínimo. Na fase de operação, que é a mais longa do empreendimento, apenas 5% (cinco por cento) dos postos de trabalho têm exigência mínima de nível fundamental. Assim, pensando na obrigação de priorizar a população local em relação às contratações, é importante que o empreendimento promova e incentive o incremento do nível educacional, inclusive técnico, da população local através de programa específico.

Outra questão importante levantada a partir da análise de tais indicadores, diz respeito à insuficiência do serviço de educação oferecido em tal município, no momento. Tal insuficiência pode ser observar também com relação à quantidade de escolas nos municípios:

Tabela - Número de Escolas por Nível de Ensino em Cada Município

Municípios	Número de Escolas - Total	Número de Escolas - Infantil	Número de Escolas - Ensino Fundamental	Número de Escolas - Ensino Médio
Morro do Pilar	4	1	3	1
Santo Antônio do Rio Abaixo	3	1	2	1

Importante lembrar que o fluxo migratório esperado de acordo com P.U. SUPAM deve começar a partir do 17º (décimo sétimo) mês de instalação e ampliando-se em larga escala no período de operação, chegando a uma quantidade estimada de 2.685 migrantes para Morro do Pilar, o que representaria um aumento populacional de 79% (setenta e nove por cento) em relação à população apurada no censo de 2010; e de 2.303 migrantes para Santo Antônio do Rio Abaixo, representando um aumento

Handwritten signature and initials



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

populacional de 129,6% (cento e vinte e nove vírgula seis por cento) em relação ao total de habitantes apurado na mesma pesquisa.

Conclui-se, portanto, que levando em conta tal estimativa, bem como a precariedade do serviço de educação apontada através dos indicadores, e observando que a infraestrutura para o desempenho do serviço é diminuta, fica clara a necessidade de que se garanta um aumento da capacidade de atendimento do sistema de ensino em ambos municípios, devendo ser proporcional ao aumento da população. Em consonância cita-se o P.U.-SUPRAM que apurou em pesquisa que: *"(...) caso o aumento na demanda não venha acompanhado por aumento de recursos e infraestrutura na mesma proporção, haveria dificuldade para suprir um aumento no número de alunos"*. (P.U.-SUPRAM, vol. II, p.9)

- Saúde.

De acordo com dados do DATASUS, conforme também foi verificado no P.U.-SUPRAM (vol. 2 p. 10), há apenas 03 (três) estabelecimentos de saúde no município de Morro do Pilar, sendo que dois deles são Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde e um é Hospital Geral. E, ainda de acordo com o P.U.-SUPRAM, o hospital citado, na prática, cumpre a função de Unidade Hospitalar de Pronto Atendimento e todas as suas ações ficam a cargo do SUS. Consta a informação de que há apenas três médicos no município, dois de saúde da família e um clínico geral. E de acordo com dados do IBGE cidades havia em 2009 apenas 14 (quatorze) leitos para internação disponíveis no município.

Em razão da precariedade da infraestrutura existente, são realizados apenas atendimento da atenção básica como consultas com o clínico geral e fisioterapeuta, sendo que procedimentos de maior complexidade (suturas, imobilizações, fraturas, consultas com especialistas) necessitam ser encaminhados para outros municípios (Itabira e Belo Horizonte).

[Assinatura manuscrita]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

Consta, ainda, no referido relatório que ocorreram 167 (cento e sessenta e sete) internações devido a causas externas (quedas, acidentes de trânsito e outras), doenças respiratórias e digestivas; e que as doenças mais recorrentes no município são respiratórias. Entre 1990 e 2010 não foi registrado nenhum caso das seguintes doenças: HIV, dengue, febre amarela, doenças infecto contagiosas ou doenças sexualmente transmissíveis.

Foram apontados como os **principais problemas relacionados ao serviço de saúde**: a falta de vagas, baixo número de profissionais em relação à demanda, inexistência de capacitação e formação continuada dos profissionais da saúde, falta de especialidades, alta rotatividade de médicos, impossibilidade de realização de exames. É ressaltada a ausência de assistentes sociais no município e o fato de haver apenas um psicólogo que atua no município apenas uma vez ao mês, o que é insuficiente, uma vez que o profissional é muito demandado no município.

É ressaltado no parecer que nem mesmo os hospitais de Belo Horizonte e Itabira conseguem atender todas as demandas, o longo tempo de espera é frequente, culminando na descontinuidade de muitos tratamentos. O transporte de pacientes é realizado através de um micro-ônibus que também atende o município de Itambé do Mato Dentro; e apenas uma das três ambulâncias do município funciona, e a equipe de saúde da família que se desloca para a zona rural o faz utilizando o ônibus de transporte escolar.

A situação do serviço de saúde em Santo Antônio do Rio Abaixo é bastante semelhante, há apenas uma unidade básica de saúde para atender, pelo SUS, casos de urgência, emergência e ambulatorial. A equipe de tal unidade conta com os seguintes profissionais: 01 (um) médico, 01 dentista, 01 (um) nutricionista, 01 (um) fonoaudiólogo, 01 (um) fisioterapeuta, 01 (um) farmacêutico e 02 (dois) enfermeiros (dentre outros auxiliares e técnicos); não há profissionais de assistência social e psicologia embora a demanda por estes seja alta. E de acordo com dados do IBGE-cidades, em 2009 não havia nenhum leito disponível para internação no município.

Importante colocar que o município é considerado área endêmica de doença de chagas, onde foram registrados os seguintes casos: quatro casos desta doença em 2005 e

2
de
Cimos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

dois em 2009. Quanto a outras doenças foram registrados: 01 (um) caso de dengue em 2009, 10 (dez) de DST (5 em 2009 e 5 em 2010), 01 (um) caso de hepatite B em 2010 e nenhum caso de doença infectocontagiosa. O parecer conclui ainda que o relato de diversos casos de verminoses impõe a necessidade de programas voltados à questão do saneamento básico.

Os principais problemas do serviço de saúde diagnosticados no P.U.-SUPRAM foram: a falta de profissionais em relação a demanda, ausência de especialidades médicas, não realização de exames patológicos e análises clínicas, alta rotatividade dos médicos. Foi apontada a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento.

Para transporte o município possui 02 (duas) ambulâncias e 01 (um) veículo, quantidade considerada insuficiente para atendimento da demanda, uma vez que a equipe de saúde da família dispõe de apenas um veículo para atender a 800 (oitocentas) famílias.

Cabe, ainda, ressaltar que ambos os municípios possuem participação no Consórcio Intermunicipal de Saúde Centro Leste (CISCEL) para atendimento de procedimentos de baixa e média complexidade no município de Itabira, e que todas as crianças foram vacinadas no ano de 2010.

A partir dos dados acima é possível concluir que o serviço de saúde prestado nos municípios de Morro do Pilar e Santo Antônio do Rio Abaixo é precário, havendo necessidade de ampliação do acesso a tais serviços para que seja realizado o atendimento da população atual de forma satisfatória. Para dar conta da demanda atual seriam necessárias diversas medidas para ampliação da capacidade de atendimento, como: a ampliação do quadro profissional, o oferecimento de atendimento em especialidades médicas, a realização de exames, e consequentemente construção de novas unidades de saúde ou ampliação das já existentes, bem como a aquisição de veículos para as equipes de saúde da família.

Constatada a fragilidade de tal serviço em relação à demanda da população atual, ao levar em conta o crescimento populacional esperado de 79% para Morro do Pilar e 129,6% para Santo Antônio do Rio Abaixo, conclui-se que a realização do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

empreendimento seria inviável sem que haja, previamente, uma ampliação do serviço de saúde ofertado, realizando as melhorias necessárias apontadas acima e a ampliação da capacidade de atendimento, em quantidade superior ao aumento populacional esperado.

- Saneamento.

Em termos da distribuição de água, a proporção dos domicílios com acesso às diferentes formas de abastecimento é explicitada na tabela abaixo.

Tabela - Proporção de domicílio por forma de abastecimento de água

Município	Rede Geral de Abastecimento	Poços ou nascentes	Outras formas de abastecimento
Morro do Pilar	74,0%	16,0%	10,0%
Santo Antônio do Rio Abaixo	50,00%	27,0%	23,0%

PNSB 2008 - Parecer Único da SUPRAM

O Parecer único da SUPRAM diagnosticou que em Morro do Pilar há precárias condições da canalização de ferro para distribuição da água, e a ocorrência de vazamentos frequentes devido ao tráfego de veículos. Com o aumento populacional esperado e o consequente aumento do fluxo de automóveis e veículos pesados, serão necessária reformas no sistema de distribuição de água.

No que diz respeito ao município de Santo Antônio do Rio Abaixo, o mesmo parecer ressalta que a captação de água para distribuição é feita através de dois poços tubulares, cuja capacidade não tem atendido a contento a demanda atual, visto que ocorre falta de água nas épocas de seca e em períodos de festa. Assim, sem que já sejam apresentadas alternativas de abastecimento para o município, o empreendimento poderá se tornar inviável, pois qualquer incremento da demanda comprometeria o acesso à água.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

No que tange ao esgotamento sanitário dos domicílios a distribuição das diferentes modalidades dá-se conforme a tabela abaixo:

Tabela- Proporção de domicílios por tipo de esgotamento sanitário

Município	Possuem banheiro e são atendidos pela rede geral de esgoto	Possuem banheiro e fossa séptica, vala ou rio	Utilizam fossa rudimentar	Não possuem Banheiros	Total
Morro do Pilar	41,25%	7,58%	47,33%	3,84%	100,00%
Santo Antônio do Rio Abaixo	29,00%	4,00%	65,00%	2,00%	100,00%

Fonte dos dados: Parecer Único da Supram - PNSB 2008

Tais dados apontam para a precariedade do atendimento da rede geral de esgoto, que possui abrangência ainda menor que o sistema de abastecimento de água em ambos os municípios.

Sobre a destinação dos resíduos coletados por meio da rede de esgoto em Morro do Pilar, no que diz respeito à área urbana, os resíduos são lançados sem tratamento no rio Picão. Foi registrada a existência de estação de tratamento de esgoto em tal município, mas que não está sendo utilizada, havendo a necessidade de construção de outra com capacidade para atender todo o perímetro urbano. Na área rural a destinação em geral é a fossa rudimentar, córregos e rios; apenas poucos domicílios utilizam fossa séptica.

Em Santo Antônio do Rio Abaixo a rede de coleta de esgoto não atende todo perímetro urbano, possuindo apenas 03 km (três quilômetros) de extensão. Os resíduos são lançados sem tratamento no Rio Santo Antônio ou em seus afluentes. Na zona rural a destinação dos resíduos é feita de maneira similar à de Morro do Pilar, sendo utilizadas fossas rudimentares ou o lançamento em cursos d'água. Apenas uma pequena quantidade de domicílios possui fossa séptica.

No que diz respeito ao sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos, pode-se perceber que este é frágil nos municípios da AID. A coleta realizada pela prefeitura atende 61% (sessenta e um por cento) dos domicílios de Morro do Pilar e 53,4%

7
car



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

(cinquenta e três vírgula quatro) em Santo Antônio do Rio Abaixo. A queima dos resíduos no próprio domicílio ainda é prática comum nessas localidades, ocorrendo em 33,2% (trinta e três vírgula dois por cento) dos domicílios de Morro do Pilar e em 40,2% (quarenta vírgula dois por cento) dos de Santo Antônio do Rio Abaixo.

Tais dados apontam para uma necessidade de melhoria na infraestrutura de saneamento básico, tanto no que diz respeito ao abastecimento de água, quanto ao esgotamento sanitário e à destinação dos resíduos sólidos. Se o oferecimento de tais serviços já é frágil com a demanda atual, prevê-se uma precarização ainda maior em razão do aumento populacional esperado, o que inviabilizaria o empreendimento por prejudicar o acesso à água e ao saneamento básico na AID.

III.2. Das Comunidades Atingidas

O empreendimento Morro do Pilar Minerais S.A. será instalado na zona rural de Morro do Pilar, sendo que no EIA não foi apresentada nenhuma informação adicional sobre as comunidades/localidades inseridas nos limites territoriais de Morro do Pilar e Santo Antônio do Rio Abaixo. Assim, na audiência pública realizada em outubro de 2012, quando foi apresentado o EIA/RIMA à população, não houve informação correta e adequada às comunidades rurais que serão impactadas pelo empreendimento, contrariando os direitos fundamentais à participação, informação e consulta inerentes aos princípios da democracia participativa, e frustrando os objetivos da audiência pública.

Durante vistoria realizada pela equipe da SUPRAM entre os dias 05 e 07 de fevereiro de 2013, foi visitada uma única comunidade, conhecida como Chácara, localizada na ADA que poderá ser impactada pela Pilha de Estéril Sul, e que não havia ainda sido identificada pelos estudos do empreendedor que compuseram o EIA. A SUPRAM solicitou ao empreendedor, como Informação Complementar, a caracterização das comunidades inseridas na AID, sendo que o mesmo apresentou os dados com o intuito de caracterizar as localidades/comunidades presentes na ADA e AID. Em Morro do Pilar foram identificadas as seguintes comunidades: região rural do

2
[Assinatura]
(amo)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

Carioca, composta pelos povoados de Carioca, Tenda, Rio Preto de Baixo e Rio Vermelho; e as comunidades/localidades de Ribeirão dos Porcos, Ponte de Cimento, Sabiá, Lavrinha, Facadinho, Chácara, Arcias, Serras, Lapinha, Rio Preto de Cima, Tijucal e Colônia. Em Santo Antônio do Rio Abaixo foram identificadas as seguintes comunidades/localidades: Colônia, Córrego do Gambá, Córrego dos Bambus, Córrego dos Rosa, Engenho Velho, Fonseca, Jacaré, Limociro, Barra dos Menezes, Batalhão, Cristal, Jardim, Morro Grande, Paraguai, Pedras, Rio de Peixes, São Miguel e Tabuleiro. A omissão dessas comunidades/localidades no estudo inicial impediu que fossem realizados estudos pormenorizados sobre as formas de utilização das áreas ocupadas por elas, bem como o levantamento de eventuais características que as definam como comunidades tradicionais.

Conceitualmente os povos e comunidades tradicionais são definidos como grupos humanos portadores de identidades coletivas e relações territoriais específicas construídas segundo preceitos étnicos, devendo ser entendidos como grupos étnicos. Os grupos étnicos, enquanto categorias de organização social, apesar de objetivamente existentes, são majoritariamente acionados em situações de contraste e conflito, restando a identidade étnica nas outras ocasiões subsumida em outras categorizações sociais. Em acordo com esse entendimento o P.U.-SUPRAM n. 0695698/2014 assinala que:

Em relação às comunidades tradicionais, o empreendedor informou que "nos estudos ambientais não foram identificados povos e comunidades tradicionais, conforme decreto no. 6.040/2007". Entretanto, ressalta-se que o fato de não existir formalmente o processo de auto-reconhecimento das comunidades, intitulando-as como "comunidades tradicionais" não implica na ausência de tradicionalidade. Devendo o empreendedor considerar nos processos de negociação fundiária e reassentamento, a provável ruptura das relações sociais e econômicas e suas consequências para a readaptação das famílias nas novas áreas. Este aspecto deve ser observado nas comunidades de Carioca, Facadinho, Lavrinha e Chácara. (p.31)

Os povos e comunidades tradicionais são constituídos com base em fatores étnicos, lógica endogâmica, casamento preferencial, regras de sucessão e herança que fazem do território em comum um patrimônio do grupo, sujeito a regras de uso e transmissão tradicionais, não monetarizáveis, diferentes daquelas que regulamentam a propriedade individual. No P.U. SUPRAM há o apontamento da existência de relações de parentesco, vizinha e solidariedade indicativas do caráter tradicional das

2
[Assinatura]
[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

comunidades: *"como é ressaltado pelo próprio empreendedor 'a ligação por parentesco e trabalho, entre as localidades, é comum a muitas famílias habitantes dessa região da zona rural de Morro do Pilar. As diferentes localidades mantêm, entre si, laços de parentesco, vizinhança, trabalho e solidariedade'"* (P.U.-SUPRAM, p. 29-30). Contudo não foram realizados estudos capazes de identificar e caracterizar essas relações diferenciadas como fica claro no trecho abaixo do mesmo Parecer: *"O empreendedor informou, em reunião realizada em 17/12/2013, que não foi feito levantamento censitário específico acerca das relações de parentesco entre as propriedades, sendo que a informação encontra-se de agregada no EIA."* (P.U.-SUPRAM, p. 47).

Tais observações apontam para a necessidade de realização de estudos, que se aprofundem na temática do caráter tradicional das comunidades com vistas a garantir a possibilidade de reprodução de seus modos tradicionais de existência, tanto para a avaliação da viabilidade do empreendimento quanto para subsidiar eventuais ações de reassentamento.

A Convenção n. 169 da OIT em seu artigo 6º preceitua que:

Na aplicação das disposições da presente convenção, os governos deverão:

- a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
- b) criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem;
- c) estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim.", impondo que "[a]s consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado; (grifos acrescentados).

Como as comunidades apontadas pelo P.U.-SUPRAM n. 0695698/2014 como portadoras de características indicativas de tradicionalidade, quando da realização da audiência em outubro de 2012, não haviam sido ainda reconhecidas como impactadas nos estudos realizados pelo empreendedor, mostra-se necessária a realização de nova audiência pública, voltada para esclarecimentos as comunidades ainda não informadas

2
[Assinatura]
Cimos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

adequadamente sobre os potenciais impactos do empreendimento, com vistas a efetivação do direito a informação, consulta e participação das comunidades nos processos que as impactarão diretamente.

III.3. Do Reassentamento dos Atingidos:

De acordo com o EIA apresentado pelo empreendedor (vol. VII, p. 149 e ss.), haverá necessidade de deslocamento compulsório da população que consistirá em transferência da moradia e das atividades econômicas das famílias residentes e trabalhadoras da área requerida pela implantação do empreendimento (ADA), sendo que a saída compulsória de suas terras e moradias e a ruptura dos vínculos afetivos com o lugar onde vivem e com parentes e vizinhos são traduzidas em sentimentos de ansiedade e angústia, bem como de insegurança e especulações sobre o futuro.

Ainda segundo o EIA, este impacto foi valorado como negativo, direto, de abrangência adjacente, de duração permanente, de incidência imediata, irreversível e não cumulativo, resultando em uma magnitude moderada.

O empreendedor propõe como medida compensação:

À luz do que foi exposto acima, vê-se que este é, portanto, um impacto negativo, de magnitude moderada e irreversível, pois sua compensação deverá ser feita por meio da implantação de programas de negociação fundiária para atender aos diversos públicos afetados, de modo a se ter a indenização pelas perdas sofridas, acompanhadas pela relocação das atividades para áreas não comprometidas, seja na propriedade ou em outras terras adquiridas pelo empreendedor. Quando necessário, deve haver fornecimento de assistência técnica para a retomada da produção agrícola e o mais rápido restabelecimento de sua condição produtiva. Ademais, ações de comunicação social devem ser feitas junto aos proprietários para que a produção agrícola não seja interrompida desnecessariamente.

Para realização da compensação o empreendedor propõe "Programa de Negociação Fundiária" (EIA, vol. VIII, p. 91 e ss.) que se divide em 03 (três) linhas de ação:

1. Atualização do cadastro patrimonial das propriedades a serem adquiridas: objetivo desta linha de ação é fornecer os subsídios necessários para se

2

[Assinatura]

[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

- quantificar e qualificar os distintos públicos que serão alvo das ações de negociação fundiária;
2. Aquisição de terras para o empreendimento: incluindo tanto as atividades concernentes à negociação com os proprietários de terras na ADA e, no que couber, com os proprietários de terras na AV, quanto aquelas referentes à busca, negociação e compra de terras para permuta, bem como negociações a serem adotadas junto aos demais indivíduos que, embora não sejam proprietários de terras em negociação na ADA, com elas mantenham relações de moradia, trabalho ou produção – no caso, moradores, trabalhadores, arrendatários, parceiros, meeiros e cessionários de terras.
 3. Acompanhamento da situação dos públicos-alvo provenientes das propriedades adquiridas: por meio de monitoramento de indicadores socioeconômicos, com procedimentos de pesquisa que deverão ser realizados com o intuito de monitorar a situação *ex-ante* e *ex-post* dos proprietários, moradores, trabalhadores, arrendatários, parceiros, meeiros e cessionários de terras vinculados às propriedades adquiridas pelo empreendimento, quer seja na ADA quer seja na AV.

Porém, de acordo com o trabalho realizado pela consultoria *Diversus*, há falhas no Programa de Negociação Fundiária:

O empreendedor se propõe promover o reassentamento das famílias que foram classificadas como vulneráveis. O principal critério adotado para a realização desta classificação foi o tamanho da posse ou propriedade. Assim, existem poucas propriedades abaixo de 20 ha cujos proprietários não foram classificados como vulneráveis, sendo que, por outro lado, não existe nenhuma família classificada como vulnerável cuja posse/propriedade seja maior que 20ha. Esse é um critério potencialmente limitador para se fazer este tipo de classificação, sendo igualmente importante a observação de outros indicadores [...] Portanto, é possível que a população diretamente afetada classificada como vulnerável esteja subdimensionada, sendo necessário aprofundar as análises a este respeito.

[...]

O oferecimento de kit mobília para as famílias que receberem novas moradias, a instituição de uma câmara recursal para julgar situações em que não houver consenso entre as partes e a elaboração e registro, com a efetiva participação das famílias interessadas, de atas notariais nas quais são explicitadas, e tornadas públicas, as características do domicílio e propriedade/posse a ser reassentada confere maior justiça e lisura à condução deste processo. Em

[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

relação às atas notarias, não obstante, é importante garantir sua atualização no mínimo uma vez por ano, uma vez que a implantação do empreendimento poderá se arrastar e o efetivo reassentamento das famílias se tornar moroso, prejudicando-se assim a dinâmica das famílias, que ficarão com suas vidas congeladas no momento de elaboração deste documento.

[...]

O Programa de Reassentamento Social proposto pretende apenas a indenização ou recomposição das áreas, benfeitorias e plantios perdidos, o que, sem qualquer sombra de dúvidas, será muito aquém do necessário para não apenas mitigar o impacto causado, como também prover compensação às famílias pelos enormes transtornos vivenciados em função de todo este processo.

Este mesmo relatório da *Diversus* apresenta sugestões de melhoria:

Não obstante, classificadas como vulneráveis ou não, é importante o empreendedor garantir a possibilidade dos atingidos optarem pela modalidade de reassentamento. Em situações em que grandes empreendimentos como este estão sendo implantados, como vem ocorrendo na vizinha Conceição do Mato Dentro, nota-se uma grande especulação imobiliária, onerando sobremaneira o preço da terra. A modalidade de livre negociação, nestes casos, pode ser a melhor do ponto de vista da praticidade de negociação para a empresa, mas transfere o ônus de obtenção de nova terra apenas para os atingidos. Será muito difícil para todos conseguir obter terras com características semelhantes na região, principalmente no que tange à baixa distância da sede municipal, o que deverá agravar ainda mais a esperada especulação imobiliária.

[...]

[É] preciso garantir que o empreendedor se comprometa com a adoção dos critérios do TAC de Irapé, já utilizado como balizador para o processo de reassentamento de empreendimento com as mesmas características em município vizinho.

[...]

Além disso, a adoção do TAC de Irapé garantirá uma melhor condução de solução adequada para os casos dos trabalhadores rurais permanentes, residentes ou não, de parceiros/meciros e arrendatários. Também garantirá a assistência técnica adequada, em termos tanto da metodologia a ser empregada quanto de prazo de execução.

Além disso, o próprio parecer da Supram indica a necessidade cuidados especiais com o programa de reassentamento: "*Portanto no processo de relocação/negociação fundiária com as famílias deve ser verificado o rompimento de relações sociais e produtivas, devendo ser adotadas as medidas mitigadoras ou compensatórias cabíveis a cada caso.*" (P.U.-SUPRAM, p. 29-30)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

IV. CONCLUSÕES PROPOSITIVAS

Conforme amplamente demonstrado acima, faz-se necessário o aprofundamento de estudos visando esclarecer pontos ainda não abordados satisfatoriamente, bem como o aperfeiçoamento de programas prevenção, mitigação e compensação dos impactos do empreendimento, com vistas à aferição efetiva de sua viabilidade ambiental.

No que segue, são elencadas proposições que poderão ser observadas para aperfeiçoamento deste procedimento de licenciamento ambiental:

1. Realizar nova audiência pública, direcionada especificamente para as comunidades tradicionais e quilombolas, atingidas direta ou indiretamente pelo empreendimento mineração, possibilitando o conhecimento prévio dos impactos que os atingidos deverão suportar ao longo do licenciamento ambiental, garantindo-lhes a eficácia do direito fundamental à informação, consulta e participação, e principalmente o previsto no art. 5º, inciso V, da Lei Estadual nº 21.147/2014, que dispõe sobre a: *"participação dos povos e das comunidades tradicionais em instâncias institucionais e mecanismos de controle social, propiciando lhes o protagonismo nos processos decisórios relacionados a seus direitos e interesses, inclusive na elaboração, no monitoramento e na execução de programas e ações"*. Prazo: antes da concessão da Licença Prévia;
2. Que sejam reavaliados os limites geográficos da AV, por meio de estudos e pareceres técnicos que avaliem com profundidade a viabilidade de permanência dos núcleos familiares nessa área inseridos, em relação à manutenção da qualidade de vida que sempre gozaram, uma vez que os impactos negativos nas proximidades da ADA muitas vezes ultrapassam o limite territorial de 500m (quinhentos metros) (buffer). Prazo: antes da concessão da Licença Prévia;
3. Criar e implementar Programa de Estruturação do Sistema de Saúde dos municípios da AID, mediante convênio com os respectivos municípios, visando, no mínimo, a ampliação da capacidade de atendimento em proporção superior ao aumento da

1
[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

população. Os convênios deverão considerar as necessidades apontadas nos estudos, tais como: a contratação de profissionais, inclusive médicos generalistas e especialistas, psicólogos e assistentes sociais; estruturação de laboratórios; aquisição de equipamentos para realização de exames e aquisição de veículos para transporte de pacientes para outros municípios e das equipes de saúde da família. Prazo: Para elaboração: até a concessão de licença prévia; Para implementação: até formalização da licença de instalação;

4. Criar e implementar Programa de Educação de Jovens e Adultos, contemplando os níveis de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio e técnico, nos municípios da AID, com oferecimento de incentivo através de bolsa de estudos e transporte e com capacidade de atendimento para todos os interessados. Prazo: elaboração: até a concessão de licença prévia; implementação: até formalização da licença de instalação;

5. Criar e implementar Programa de Estruturação do Sistema de Ensino Regular dos municípios da AID, mediante convênio com os respectivos municípios, visando, no mínimo, a ampliação da capacidade de atendimento em proporção superior ao aumento da população. Os convênios deverão considerar as necessidades apontadas nos estudos. Prazo: Para elaboração: até a concessão de licença prévia; Para implementação: até formalização da licença de instalação.

6. Adequar o "Programa de Negociação Fundiária" de modo a adotar como parâmetros mínimos aqueles estabelecidos do "Termo de Acordo de Irapé"; Prazo: 90 dias após a concessão da Licença Prévia;

7. Adequar o "Programa de Negociação Fundiária", estabelecendo processo de negociação participativo, de modo a se estabelecer coletivamente os critérios de indenização, compensação e reassentamento com as comunidades atingidas. Deverão ser convidados para a participação neste processo representantes da SUPRAM/Jequitinhonha, do MPMG, do MPF, dos municípios atingidos, da FETAEMG, da OAB/MG, da Defensoria Pública/MG, dos Sindicatos dos

[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

Trabalhadores Rurais existentes nos municípios, bem como os conselheiros da URC/Jequitinhonha. Prazo: 90 dias após a concessão da Licença Prévia;

8. Custear consultoria especializada ou equipe de profissionais para assessoramento técnico aos atingidos durante o processo de negociação coletiva, devendo incluir, no mínimo, um agrônomo, um advogado, um cientista social e um assistente social, a serem indicados pelas comunidades atingidas. Prazo: Durante todo o Processo de Negociação Fundiária;
9. Realizar o pagamento integral das indenizações e as ações de remanejamento/reassentamento integral dos núcleos familiares inseridos na ADA – Área Diretamente Afetada e AV – Área de Vizinhança, bem como de outros núcleos familiares ainda não identificados pelo empreendedor, mas inseridos nas mesmas condições, mesmo que ainda pendentes de resolução as questões cartorárias formais da cadeia dominial dos imóveis a serem adquiridos. Prazo: na formalização da licença de instalação;
10. Rever o critério adotado para classificação de vulnerabilidade das famílias a partir de outros indicadores estabelecidos durante o processo de negociação coletiva. Prazo: durante o processo coletivo de negociação;
11. Realizar atualização periódica das atas notariais relativas às famílias ainda não indenizadas / reassentadas. Prazo: anualmente;
12. Incluir no Plano de Negociação fundiária, além das indenizações e mitigações previstas, compensação às famílias pelos enormes transtornos vivenciados em função de todo o processo. Prazo: após a concessão da Licença Prévia;
13. Garantir, no Plano de Negociação Fundiária, a possibilidade dos atingidos de optarem pela modalidade de reassentamento. Prazo: após a concessão da Licença Prévia;

2



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

14. Criar e implementar Programa de Estruturação das Condições de Saneamento Básico dos municípios da AID, mediante convênio com os respectivos municípios, visando, no mínimo, a ampliação da capacidade de atendimento em proporção superior ao aumento da população, tais como: reforma e ampliação das redes de coleta e tratamento de esgoto; ampliação da cobertura do sistema de coleta e destinação dos resíduos sólidos; ampliação da capacidade de captação de água para os municípios em razão da possível insuficiência dos reservatórios em caso de aumento populacional, garantindo assim o acesso à água em condições próprias para consumo a todos os moradores dos municípios da AID. Prazo: para elaboração: até a concessão de licença prévia; Para implementação: até formalização da licença de instalação;

15. Criar e implementar um Programa de mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes do encerramento das atividades do empreendimento, juntamente com os municípios da AID, através do fomento a outras potencialidades econômicas locais, de modo que os trabalhadores oriundos do empreendimento encerrado possam se recolocar no mercado de trabalho. Prazo: Para elaboração: na formalização da Licença de Instalação; Para implementação: na formalização da Licença de Operação;

16. Produzir laudos periciais especializados, por equipe multidisciplinar, sob a responsabilidade técnica de antropólogo, com os seguintes objetivos:

- a) identificar comunidades tradicionais e comunidades remanescentes de quilombos, independente do auto-reconhecimento ou de reconhecimento formal pela Fundação Cultural Palmares, na ADA e na AID do empreendimento;
- b) identificar e caracterizar as relações territoriais específicas estabelecidas pelas comunidades;
- c) identificar os recursos naturais indispensáveis para sua reprodução física, econômica, social e cultural de acordo com seus usos e costumes;
- d) levantar e descrever as redes de parentesco e de troca inter/intracomunitárias;
- e) identificar e caracterizar seus regimes específicos de uso e transmissão da propriedade;

Handwritten signature and initials



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

- f) avaliar os impactos advindos do empreendimento nos modos de vida tradicionais das comunidades;
- g) emitir parecer conclusivo sobre a viabilidade do reassentamento de comunidades, bem como sobre a possibilidade de compatibilização entre os impactos do empreendimento e a manutenção dos modos de vida tradicionais.

Prazo: antes da concessão da Licença Prévia;

17. Adequar o programa de reassentamento para que sejam observadas as configurações de parentesco, vizinhança e redes de troca, objetivando o não comprometimento dos meios de reprodução econômica, social e cultural das comunidades reassentadas/atingidas, caso seja considerado passível de compatibilização o reassentamento com a manutenção dos modos de vida tradicionais, pelo laudo referido no item 16. **Prazo:** antes da concessão da Licença Prévia;

18. Elaborar e implementar plano de monitoramento, mediante a elaboração de relatórios semestrais para identificação, mensuração, avaliação, mitigação e compensação dos eventuais impactos nas fases de instalação e operação do empreendimento ao modo de vida tradicional das comunidades atingidas, levando-se em conta impactos sinérgicos e cumulativos, considerando os outros empreendimentos de grande impacto em curso e/ou previstos para a região do médio Espinhaço como forma de resguardar o direito das comunidades rurais atingidas. **Prazo:** Para elaboração: na formalização da Licença de Instalação; Para implementação: a partir da concessão da Licença de Instalação;

19. Realizar mapeamento com a participação efetiva dos detentores de bens culturais referenciais das áreas utilizadas para o extrativismo vegetal, sobretudo de fibras vegetais e plantas medicinais, devendo servir de referência para a alocação das estruturas do empreendimento que gozem de menor rigidez locacional, com vistas à garantia da viabilidade dos modos de fazer tradicionais. No caso de perda de áreas utilizadas para extrativismo, deverão ser adotadas medidas compensatórias adequadas. **Prazo:** na formalização da Licença de Instalação;

[Assinatura manuscrita]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

20. Elaborar e implementar plano para fortalecimento do artesanato local, com aporte de recursos pelo empreendedor, objetivando mitigar os impactos negativos oriundos do aumento da competição pela mão de obra e por recursos naturais até então utilizados nos modos de fazer tradicionais. Prazo: na formalização da Licença de Instalação;

21. Criação e implementação de programa específico de mitigação dos impactos relativos à grande concentração de pessoas na fase de instalação do empreendimento visando a adoção de medidas temporárias para garantir à população presente nos municípios da AID e aos trabalhadores atraídos pelo empreendimento, a fruição plena de serviços sociais e infraestrutura básica de saúde, educação, lazer, cultura, saneamento, habitação, segurança. Prazo: Para elaboração: na formalização da Licença de Instalação. Para implementação: durante a fase de instalação.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Ricardo et al. *Avaliação socioambiental do Projeto Morro do Pilar Minerais S.A.: Área Diretamente Afetada (ADA) e Área Vizinha (AV) da Mina e Estruturas Correlatas – Municípios de Morro do Pilar e Santo Antônio do Rio Abaixo*. Belo Horizonte: Diversus Ambiente e Cultura, 2014.

BACELAR R. P. *Nem só de mineração vive o mato dentro: a experiência de jovens em território de conflito socioambiental*. Tese (Doutorado Psicologia) UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, A. *O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso Belém, PA*: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007.

FASE; ETTERN. *Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental: como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento (Relatório Síntese)*, 2011.

LIMA, P.C.V; VASCONCELOS, V. V. *Grandes Empreendimentos Minerários e Seus Impactos Sociais*. In: De Jure, v. 12, n. 20, p. 209-226, 2013.

MILANEZ B.; PUPPIM, J. A. *Ambiente, pessoas e labor: APLs além do desenvolvimento econômico na mineração de opalas em Pedro II, no Piauí*. In: Cadernos EBAPE v. 7, nº 4, artigo 1, 2009.

7
Jo
Cm



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

SUPRAM. Parecer Único n.º 0695698/2014, 2014.

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2014.

Camila Mattarelli de Abreu e Silva
Analista de Sociologia
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
Ministério Público de Minas Gerais

Jonas Vaz Leal
Analista de Sociologia
Cientista Social
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
Ministério Público de Minas Gerais

Luiz Tarcizo Gonzaga de Oliveira
Oficial do Ministério Público
Cientista Social
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
Ministério Público de Minas Gerais

José Ourismar Barros de Oliveira
Assessor Jurídico
Professor de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
Ministério Público de Minas Gerais